

Túnel: travessia em dois minutos

É o tempo estimado pelo Estado para trajeto entre Santos e Guarujá pelo equipamento imerso. Projeto foi apresentado ontem na Capital

EGLE CISTERNA

ENVIADA A SÃO PAULO

Menos de dois minutos. É esse o tempo que o Governo do Estado estima que um carro, a 60 quilômetros por hora, gastará para fazer a travessia Santos-Guarujá pelo túnel imerso que ligará as duas cidades.

Se confirmada essa expectativa, a situação será totalmente oposta à enfrentada hoje: filas para balsa ou congestionamentos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni.

A apresentação do novo túnel foi feita na manhã de ontem, durante a entrega do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (Eia/Rima) do projeto ao prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), e à prefeita do Guarujá, Maria Antonieta de Brito (PMDB), no Palácio dos Bandeirantes, na Capital.

O documento já foi entregue à Cetesb para que as licenças necessárias sejam emitidas e a obra possa começar no próximo ano.



Em Santos, acesso ao túnel será pelo bairro Macuco, próximo à região portuária. Equipamento terá 762 metros de extensão e 950 de rampa, até Vicente de Carvalho, em Guarujá


Visão Laser
Hospital Oftalmológico
(13) 2104.5000
www.visaolaser.com.br
Diretor Médico: Dr. Colombo Barboza CRM 19555

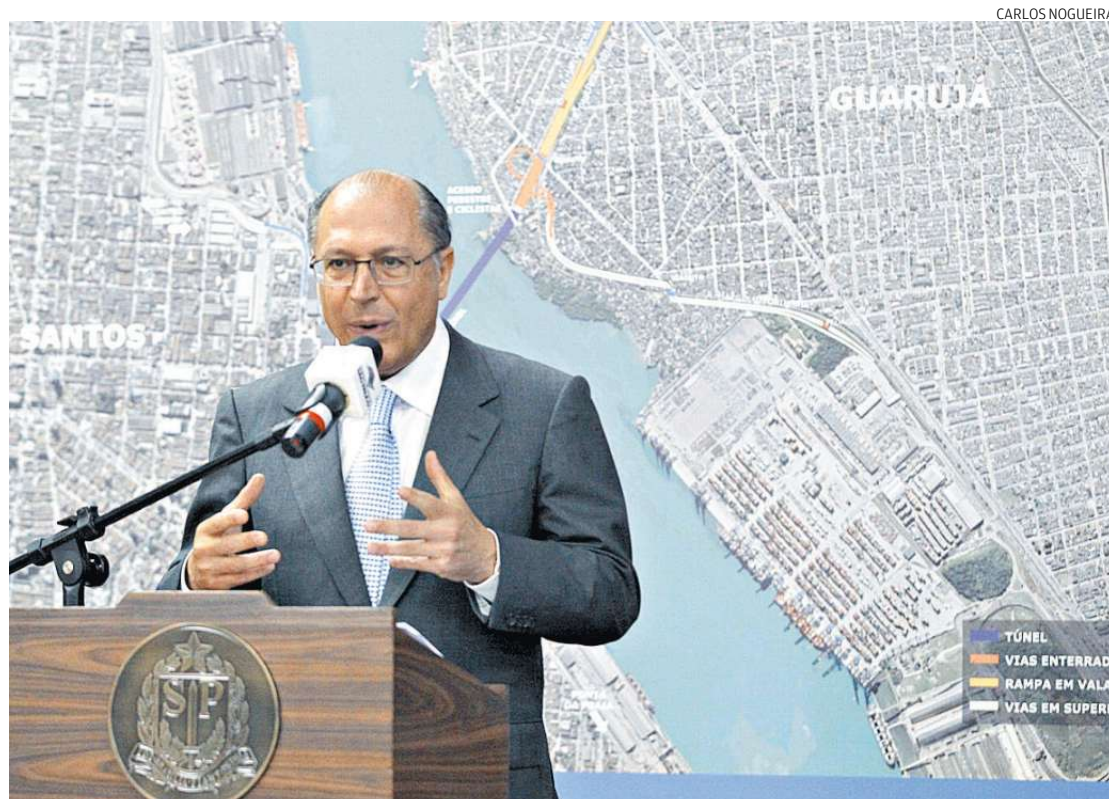
CAMINHÕES, SIM

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirma que o projeto prevê a circulação de bicicletas, pedestres, automóveis e até caminhões. Ainda haverá espaço para passagem do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). “Não é que vá passar, mas o projeto pode atender caminhões”, explica o governador.

“A ideia não é trazer para dentro da cidade os caminhões da rodovia, gerando trânsito. Mas os caminhões que são urbanos, esses poderão passar (pelo túnel) sem problema nenhum”, afirma o secretário de Logística e Transporte, Saulo de Castro Abreu Filho.

PEDÁGIO

Assim como já acontece na travessia das balsas, o Estado prevê a implantação de um pedágio para quem vai do Guarujá para Santos. As cabines seriam instaladas na



Governador apresentou o projeto com o traçado definitivo ontem, no Palácio dos Bandeirantes, na Capital

via marginal portuária, próximo à Avenida Santos Dumont. A tarifa ainda está em estudo, mas deve ser similar à cobrada hoje.

PARTICIPAÇÃO

A Dersa prometeu criar, ainda este mês, duas centrais de relacionamento para prestar informações à população. Assim, o traje-

to do túnel e os estudos e relatórios ambientais poderão ser consultados.

Nos dias 11 e 12 de novembro serão realizadas audiências públi-

Agora vai?

Um túnel sob o estuário, com quatro pistas, em dois tubos, com dois sentidos. A travessia tem que ser em um ponto médio, não pode ser feita pela Ponta da Praia. As observações poderiam constar nos documentos do atual projeto do túnel entre Santos e Guarujá, mas elas são do final da década de 40. Estão no Plano Regional de Santos, escrito pelo arquiteto e urbanista Prestes Maia. E nem naquela época era novidade. Em janeiro de 1927, *A Tribuna* já estampava em sua capa notícia sobre a ligação seca entre as duas cidades. Os projetos foram mudando, mas com algo em comum: nunca saíram do papel

cas em Santos e Guarujá para discutir o licenciamento ambiental.

A previsão é de que em março, com a obtenção da licença prévia, seja iniciado o processo de licitação. As obras começariam em julho, com conclusão prevista para fevereiro de 2018, após 44 meses de trabalho. “Em alguns momentos da obra, o fluxo de navios terá que ser interrompido”, salienta Abreu Filho.

DESAPROPRIAÇÕES

Algumas desapropriações também devem ser feitas nas duas cidades, para implantação do sistema viário de acesso ao túnel.

O orçamento total do empreendimento é de R\$ 2,4 bilhões (R\$ 962 milhões para o túnel, R\$ 506 milhões para a área de Santos, R\$ 532 milhões para Guarujá, R\$ 362 milhões para desapropriações e reassentamentos, R\$ 78 milhões para projetos e R\$ 15 milhões para compensações ambientais).

O equipamento terá 762 metros de extensão e 950 metros de rampa. A área mais profunda ficará 21 metros abaixo da superfície. Ele ligará os bairros do Macuco, em Santos, a Vicente de Carvalho, em Guarujá.

Comitê é contra usina de incineração de lixo

DÉBORA PEDROSO

DA REDAÇÃO

O Comitê pela Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos da Baixada Santista é contra a criação de uma usina de incineração de lixo. A instituição acredita que a medida deve ser adotada com critério e apenas em casos de dejetos hospitalares.

Na semana passada o prefeito Alberto Mourão (PSDB) trouxe o debate à reunião do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (Condesb). Cansado do problema, o tucano colocou-se favorável à implementação de uma usina capaz de transformar resíduos sólidos em energia.

“Não há segurança no funcionamento dessas usinas, há vários problemas que podem afetar a saúde da população. Países que adotaram essa produção estão começando a desativá-las, a Alemanha é um exem-

plo”, defende Célio Nori, coordenador do Fórum da Cidadania, ONG que lidera os trabalhos do comitê.

A instituição, que trata da temática de resíduos em âmbito regional, trabalha pautada no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, cujos principais eixos são a coleta seletiva e a logística reversa. A primeira reduz o volume de lixo e gera empregos, enquanto a segunda prevê aos produtores o retorno de embalagens e reaproveitamento de produtos inutilizados, por exemplo, um aparelho televisivo.

“O papel da lei é mudar um comportamento até então errado nosso (sociedade), a começar do setor público, que exige um plano que deve ser participativo, mas ligado ao setor ambiental”, explica Marcos Bandini, também integrante do comitê.

A mudança prevista em lei



Reaproveitamento de resíduos, com coleta seletiva e reciclagem, seria uma das soluções para o problema

federal pretende transformar os hábitos de consumo de produtos, de maneira a gerar a menor quantidade possível de resíduos.

“Depois disso (consumo) a ideia é reaproveitar o máximo (embalagens e outros componentes), só então o que não puder ser reciclado ou reutilizado é considerado rejeito e deve ser enviado ao aterro sanitário”, afirma Gabriela Otero, representante da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública.

AÇÕES

Além de apoiar as cooperativas de reciclagem, o comitê realizará um diagnóstico da destinação dos resíduos nos municípios da região. Há conflito de informações sobre quantos já possuem um plano baseado na Política Nacional.

As ações foram discutidas ontem, durante encontro do grupo, que é formado por integrantes da sociedade civil e Poder Público.